

## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01.014/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01.014/2018

DATA DA LICITAÇÃO: 12/06/2018

HORA DA LICITAÇÃO: 10:00 HORAS

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO, POR LOTE



O Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, Estado do Ceará, através da comissão especial de licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará na sala da Comissão de Licitação do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, sito na Rua José Agapito Pereira, 233, Apto 103/104, Centro - Ubajara - CE, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, POR LOTE, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 12/06/2018

Horário: 10:00

Local: Sala da Comissão de Licitação do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, sito na Rua José Agapito Pereira, 233, Apto 103/104, Centro - Ubajara - CE - CEP: 62.350-000.

DIRETOR DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI: ARI DE OLIVEIRA VASCONCELOS FILHO

### DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA- CPSI**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018 na classificação abaixo:

01.01010.302.0002.2.002.00 - MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CONSORCIO - CPSI; 01.02.10.302.0001.2.001.00 - CEO- 01.04.10.302.0004.2.004.00- POLICLÍNICA ELEMENTO DE DESPESAS: 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO e 44.90.51- MATERIAL PERMANENTE.

### DO CREDENCIAMENTO

1.3. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

1.3.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

1.3.2. Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso

de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas.

1.4. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

1.5. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam em total consonância aos ditames deste edital.

1.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 1.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 1.6.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 1.6.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 1.6.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 1.6.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

1.7. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- 1.7.1. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município de Ubajara;
- 1.7.2. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 1.7.3. Que se encontram sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 1.7.4. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 1.7.5. Estrangeiras que não funcionem no país;
- 1.7.6. Empresa que tenham sócios que sejam Funcionários do município de Ubajara;
- 1.7.7. Que não tenham ramo de atividade pertinente ou compatível ao objeto licitado inscrito no contrato social.

#### DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1.8. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

1.9. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes opacos e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I – envelope contendo os relativos à Proposta de Preços:

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI

PREGÃO PRESENCIAL n.º \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

ENVELOPE n.º 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)

II – envelope contendo os documentos de Habilitação:

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI

PREGÃO PRESENCIAL n.º \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

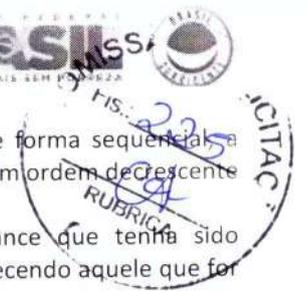
LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

ENVELOPE n.º 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

- 1.10. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente. No caso de cópia autenticada, a cada face de documento reproduzida deverá corresponder uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis. Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.
- 1.11. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação e à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.
- 1.12. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.
- 1.13. Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.
- 1.14. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.
- 1.15. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, protocolizando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, cabendo aa Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 1.16. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não protocolizar o pedido, em conformidade com o disposto neste edital, até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 1.17. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 1.18. Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.
- 1.19. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 1.20. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
- 1.21. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

#### DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 1.22. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública presencial, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 1.23. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.
- 1.24. Na proposta de preços deverá, obrigatoriamente, ser informado no campo próprio as Especificações, Quantidades, Marcas, Valor Unitário e Valor Total. A não inserção das referidas informações, implicará na desclassificação da empresa, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 1.24.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata para análise de todos os interessados.
- 1.24.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 1.25. A Pregoeira fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem decrescente, de todos os licitantes, classificando o licitante com proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, para que seus representantes participem dos lances verbais.
- 1.26. Quando não forem verificadas no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no item 6.3, a Pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo 3 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 1.27. A Pregoeira poderá consultar a todos os licitantes que apresentaram propostas de preços superiores ao menor preço, se estes desejam participar da fase de lances verbais com preço inferior ao já estabelecido nesta fase.
- 1.28. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances verbais sendo devidamente registrados no mapa de lances.
- 1.29. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes.



1.29.1.1. A Pregoeira convidará individualmente os representantes dos licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de menor preço e os demais, em ordem decrescente de preço.

1.29.1.2. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

1.29.1.3. Caso não mais se realizem lances verbais, será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

1.29.1.4. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

1.30. Declarada encerrada a etapa competitiva e realizada a classificação final das propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

1.30.1. Será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e os valores estimados para a contratação.

1.31. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

1.32. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

1.33. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de manifestar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados após a comunicação.

1.34. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.35. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 6.11 deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.36. Na hipótese de não-contratação, nos termos previstos no item 6.11 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

1.37. O disposto no item 6.11 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

1.38. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

1.39. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope n.º 01 (Proposta de Preço), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, bem como os que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

1.40. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescido dos respectivos encargos, aplicando-lhes a seguinte forma:

1.40.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.

1.40.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei n.º 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

1.41. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

#### DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

1.42. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

1.43. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

1.44. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme item 6.18 deste edital.

1.45. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

1.46. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

1.46.1. A Pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, conforme estabelece o Artº 4º, Inciso XVII da Lei 10.520.

1.46.2. A negociação será realizada por meio presencial, ou via ofício caso a empresa esteja impedida de manifestar-se na sessão.

1.47. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## DA HABILITAÇÃO

1.48. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.48.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

1.48.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

1.48.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.48.4. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

1.49. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

### 1.50. Habilitação jurídica:

1.50.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.50.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.50.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.50.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.50.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

1.50.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.50.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.50.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

1.50.9. Alvará de Licença para Funcionamento.

**1.51. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 1.51.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.51.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.51.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.51.4. A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- 1.51.5. A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal do domicílio sede do licitante;
- 1.51.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.51.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.51.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**1.52. Qualificação Técnica:**

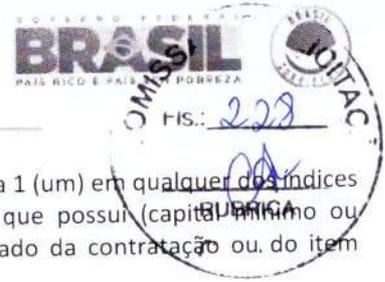
- 1.52.1. Atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado com identificação do assinante, comprovando que a LICITANTE forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis em características com o objeto da licitação.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser feita diligências para dirimir quaisquer dúvidas inerentes a veracidade das informações prestadas.

**1.53. Qualificação econômico-financeira:**

- 1.53.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;
- 1.53.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 1.53.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- 1.53.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- 1.53.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

<b>LG =</b>	<b>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</b>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
<b>SG =</b>	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
<b>LC =</b>	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

*Handwritten signature*



1.53.6. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital próprio ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 1.54. Declarações e outras exigências:

1.54.1.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

1.54.1.2. Declaração de conhecimento de todos os parâmetros e elementos do produto a ser ofertado e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

1.54.1.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

1.54.1.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

1.54.1.5. Certidão Simplificada e Específica emitida pela Junta Comercial, onde será considerado como prazo de validade de 30 (trinta) dias a partir de sua emissão;

1.55. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

1.55.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

1.56. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

1.57. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

1.58. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

1.59. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

#### DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1.60. A sessão pública poderá ser reaberta:

1.60.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

1.60.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

1.61. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

1.61.1. A convocação se dará por meio publicitário anteriormente utilizado, em ata (desde que se façam presentes todas as empresas originalmente participantes) e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

#### DOS RECURSOS

1.62. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de recurso, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.



- 1.63. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 1.63.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 1.63.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 1.63.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 1.64. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 1.65. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 1.66. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 1.67. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 1.68. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 1.69. O prazo de vigência da contratação é até 31 de Dezembro de 2018, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.70. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 1.71. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.72. O contratado poderá sublocar veículos para completar sua frota para a execução do objeto, onde a sua frota deverá ser de no mínimo 20% (Vinte por cento) da quantidade de veículos necessários para a execução do objeto em questão.

#### DO REAJUSTE

- 1.73. Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro equivalente que venha a substituí-lo, caso este seja extinto.

#### DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 1.74. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 1.75. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### DO PAGAMENTO

- 1.76. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados/produtos entregues, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.
- 1.77. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.78. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

- 1.79. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços/produtos efetivamente prestados/entregues.
- 1.80. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 1.81. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 1.81.1. Não produziu os resultados acordados;
  - 1.81.2. Deixou de executar/fornecer as/os atividades/produtos contratadas, ou não as executou/entregou com a qualidade mínima exigida;
  - 1.81.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 1.82. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.83. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta à débitos referentes a regularidade fiscal e trabalhista.
- 1.84. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 1.85. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.86. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 1.87. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 1.88. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no fisco.
- 1.89. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 1.89.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 1.90. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 1.90.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 1.90.2. Apresentar documentação falsa;
  - 1.90.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 1.90.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 1.90.5. Não mantiver a proposta;
  - 1.90.6. Cometer fraude fiscal;
  - 1.90.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 1.91. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 1.92. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 1.92.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 1.92.2. Impedimento de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais;

1.93. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

1.94. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegure ampla contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

1.95. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

1.96. As penalidades serão obrigatoriamente veiculadas nos meios publicitários para conhecimento dos interessados.

#### DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.97. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

1.98. A impugnação poderá ser realizada por forma PRESENCIAL, ou por petição dirigida ou protocolada no setor de licitações da Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, situada à Rua Juvêncio Pereira, 514, Centro – Ubajara – CE.

1.99. Caberá aa Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

1.100. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

1.101. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados aa Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.

1.102. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.103. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

1.104. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.105. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

1.106. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.107. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.108. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

1.109. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.110. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.111. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.tcm.ce.gov.br/portaldelicitações](http://www.tcm.ce.gov.br/portaldelicitações) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço anteriormente mencionado, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

1.112. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



- 1.112.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 1.112.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 1.112.3. ANEXO III – Modelo de Declarações
- 1.112.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;

Ubajara – CE, 29 de Maio de 2018

*Anna Eugênia S. Lima*

**ANNA EUGÊNIA FREIRE LIMA**

Presidente da Comissão de Licitação  
Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba – CPSI

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

a) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA- CPSI .

b) O Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba tem sob sua responsabilidade a Manutenção Preventiva e Corretiva das unidades públicas de saúde deste consórcio. Por esta razão é necessária a aquisição do objeto acima descrito e devidamente especificado neste termo.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E VALOR MÉDIO

LOTE 01- MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. TOTAL	CEO	POLIC.	CPSI
01	CABO CCI 2 PARES	CABO CCI 2 PARES	Metro	200	100	-	100
02	CABO DE REDE CAT6	CABO DE REDE CAT6	Metro	400	200	-	200
03	CABO ELETRICO 2.5MM PACOTE COM 100M.	CABO ELETRICO 2.5MM PACOTE COM 100M	Pacote	10	5	5	-
04	CABO PP 2 X 2/5 - CABO FLEXIVEL PP 100M	CABO PP 2 X 2/5 - CABO FLEXIVEL PP - 2 X 2,5 MM <sup>2</sup> - PRETO 100METROS	Pacote	3	-	3	-
05	CANALETA 40X20X200MM (COM DIVISORIAS)	CANALETA 40X20X200MM (COM	Unidade	150	50	50	50
06	CONJUNTO DE TOMADAS 1+1 10A.	CONJUNTO DE TOMADAS 1+1 10A.	Unidade	40	10	20	10
07	CONJUNTO DE TOMADAS 20A	CONJUNTO DE TOMADAS 20 <sup>a</sup>	Unidade	10	10	-	-
08	DISJUNTOR MONOFASICO 16 AMP	DISJUNTOR MONOFASICO 16 AMP	Unidade	40	-	40	-
09	DISJUNTOR MONOFASICO 25 AMP	DISJUNTOR MONOFASICO 25 AMP	Unidade	20	-	20	-
10	DISJUNTOR MONOFASICO 32A	DISJUNTOR MONOFASICO 32 <sup>a</sup>	Unidade	20	-	20	-
11	DISJUNTOR MONOFASICO 50A	DISJUNTOR MONOFASICO 50 <sup>a</sup>	Unidade	20	-	20	-

12	DISJUNTOR TRIFASICO 32A	DISJUNTOR TRIFASICO 32ª	Unidade	5			
13	EXTENCAO 4 TOMADAS 5M	EXTENCAO 4 TOMADAS 5M	Unidade	10	5		5
14	FITA ISOLANTE 20M	FITA ISOLANTE 20M	Unidade	50	15	20	15
15	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSAO 20M	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSAO 20M	Unidade	20	-	20	-
16	INTERRUPTOR 01 SECAO SIMPLES	INTERRUPTOR 01 SECAO SIMPLES	Unidade	40	10	20	10
17	INTERRUPTOR 02 SECOES	INTERRUPTOR 02 SECOES	Unidade	20	-	20	-
18	INTERRUPTOR 03 SECOES	INTERRUPTOR 03 SECOES	Unidade	20	-	20	-
19	LAMPADA 15W LED BRANCO FRIO	LAMPADA 15W LED BRANCO FRIO	Unidade	20	-	20	-
20	LAMPADA DE LED 20W ( PARA LUMINARIA DE TETO)	LAMPADA DE LED 20W ( PARA LUMINARIA DE TETO)	Unidade	140	-	140	-
21	LAMPADA DE LED DE 60W, BULBO (GOGO LONGO)	LAMPADA DE LED DE 60W, BULBO (GOGO LONGO)	Unidade	40	-	40	-
22	LAMPADA LED BULBO; LUZ BRANCA 9W	LAMPADA LED BULBO; LUZ BRANCA 9W	Unidade	8	4	-	4
23	LAMPADA ESPIRAL 15W FLUORESCENTE	LAMPADA ESPIRAL 15W FLUORESCENTE	Unidade	80	20	60	-
24	LAMPADA ESPIRAL VERMELHA 15W	LAMPADA ESPIRAL VERMELHA 15W ( PARA LUMINÁRIA TARTARUGAAO	Unidade	20	-	20	-
25	LAMPADA FLUORESCENTE DE 40W	LAMPADA FLUORESCENTE DE 40W	Unidade	70	50	20	-
26	LAMPADA FLUORESCENTE 20W	LAMPADA FLUORESCENTE 20W	Unidade	20	10	-	1-0
27	LAMPADA PL ELETRONICA	LAMPADA PL ELETRONICA 2U 15W 6400K FRIA 220V	Unidade	70	-	70	-
28	LAMPADA TUBULAR VAPOR METALICO 150W	LAMPADA TUBULAR VAPOR METALICO BRANCA 150W E-27	Unidade	30	-	30	-
29	LAMPADA TUBULAR VAPOR METALICO BRANCA 70W E-27	LAMPADA TUBULAR VAPOR METALICO BRANCA 70W E-27	Unidade	20	-	20	-

CA



30	LAMPADA VAPOR METALICO 250W	LAMPADA VAPOR METALICO 250W - BRANCA TUBULAR ROSCA E-40 ( PADRAO HQI )	Unidade	80			
31	LUMINARIA DE EMERGENCIA- 30 LEDS RECARREGAVEL	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS RECARREGAVEL	Unidade	50			
32	LUMINARIA PARA TETO/EMBTIR	LUMINARIA PARA TETO, LAMPADA DE LED/EMBTIR	Unidade	10	10	-	-
33	LUMINARIA TARTARUGA	LUMINARIA TARTARUGA ALUMINIO OVAL BRANCA PEQUENA P/01 LAMPADA ATE 40W - HF 3001	Unidade	15	-	15	-
34	PACOTE FIO 4MM 100/METROS	PACOTE FIO 4MM PACOTE COM100/METROS	Pacote	10	10	-	-
35	PINO ADAPTADOR 2P+T BIPOLAR	PINO ADAPTADOR 2P+T BIPOLAR	Unidade	40	20	-	20
36	PINO FEMEA 20ª	PINO FEMEA 20ª	Unidade	25	5	15	5
37	PINO MACHO 20ª	PINO MACHO 20ª	Unidade	25	5	15	5
38	REATOR ELETRONICO 70W	REATOR ELETRONICO LAMPADA METALICA CDM OU HCI 70W	Unidade	50	-	50	-
39	REATOR ELETRONICO LAMPADA 150W	REATOR ELETRONICO LAMPADA METALICA CDM OU HCI 150W	Unidade	50	-	50	-
40	REATOR PARTIDA RAPIDA ELETRONICO DE 20W	REATOR PARTIDA RAPIDA ELETRONICO DE 20W	Unidade	100	-	100	-
41	REATOR AFP C/ IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS	REATOR AFP C/ IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADOS	Unidade	40	-	40	-
42	RECEPTACULO DE PORCELANA E-27	RECEPTACULO DE PORCELANA E-27 TIPO: LORENZETTI	Unidade	20	-	20	-
43	RECEPTACULO DE PORCELANA E-40	RECEPTACULO DE PORCELANA E-40 TIPO: LORENZETTI	Unidade	20	-	20	-
44	REFLETOR DE LED 100W	REFLETOR DE LED 100W	Unidade	20	-	20	-
45	REFLETOR DE LED COLORIDO 100W	REFLETOR DE LED COLORIDO 100W USO EXTERNO	Unidade	30	-	30	-
46	REFLETOR DE LED COLORIDO 20W	REFLETOR DE LED COLORIDO 20W	Unidade	20	-	20	-
47	REFLETOR DE LED COLORIDO 30W	REFLETOR DE LED COLORIDO 30W	Unidade	40	-	40	-

*CPA*



48	RELER FOTOCELULA	RELER FOTOCELULA	Unidade	50	-	50	-
49	SENSOR DE PRESENÇA PROTECTION	SENSOR DE PRESENÇA PROTECTION	Unidade	50	-	50	-
50	SOQUETE FIXO PARA LAMPADA FLUORESCENTE	SOQUETE FIXO PARA LAMPADA FLUORESCENTE	Unidade	60	10	50	-
51	TOMADA PARA CABO DE REDE	TOMADA PARA CABO DE REDE, MODELO SISTEMA X.	Unidade	20	-	20	-
52	QUADRO DE DISTRIBUICAO 6/8 DISJUNTORES	QUADRO DE DISTRIBUICAO 6/8 DISJUNTORES	Unidade	10	5	5	-

**LOTE 02- MATERIAL HIDRÁULICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. TOTAL	CEO	POLIC.	CPSI
01	ADESIVO PLASTICO PARA PVC INCOLOR 175G	ADESIVO PLASTICO PARA PVC INCOLOR 175G	Unidade	10	-	10	-
02	ANEL DE VEDACAO PARA SANITARIO	ANEL DE VEDACAO PARA SANITARIO	Unidade	20	20	-	-
03	BUCHA REDUCAO SOLDAVEL DE 50 PARA 1/2	BUCHA REDUCAO SOLDAVEL DE 50 PARA 1/2	Unidade	20	-	20	-
04	CANO PVC 3/4 SOLDAVEL	CANO PVC 3/4 SOLDAVEL	Unidade	15	5	10	-
05	VEDANTE PARA TORNEIRA INOX	VEDANTE PARA TORNEIRA INOX (CARRAPETA)	Unidade	10	10	-	-
06	DUCHA PARA ASSEIO	DUCHA PARA ASSEIO	Unidade	20	10	10	-
07	ENGATE DE 50 CM - ENGATE FLEXIVEL 1/2" X 50CM	ENGATE DE 50 CM - ENGATE FLEXIVEL 1/2" X 50CM	Unidade	60	20	40	-
08	FITA VEDA ROSCA 50M	FITA VEDA ROSCA 50M	Unidade	60	20	30	10
09	JOELHO DE PVC 3/4	JOELHO DE PVC 3/4	Unidade	30	-	30	-
10	JOELHO DE PVC SOLDAVEL 100MM	JOELHO DE PVC SOLDAVEL 100MM	Unidade	10	10	-	-
11	KIT REPARO PARA CAIXA ACOPLADA	KIT REPARO PARA CAIXA ACOPLADA CASTELO UNIVERSAL KE/DFN. NOME COMERCIAL: KIT REPARO	Unidade	53	20	30	3
12	LUVA PVC DE CORRER 3/4	LUVA PVC DE CORRER 3/4 - LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL	Unidade	20	20	-	-
13	MANGUEIRA 3/4 50M	MANGUEIRA 3/4 50M ( PARA TUBO SOLDÁVEL)	Unidade	10	10	-	-
14	REGISTRO 3/4 PARA CHUVEIRO	REGISTRO 3/4 PARA CHUVEIRO	Unidade	5	-	5	-
15	REGISTRO DE ESFERA 60MM	REGISTRO DE ESFERA 60MM	Unidade	10	5	5	-
16	SIFAO SANFONADO	SIFAO SANFONADO - SIFAO AJUSTAVEL	Unidade	114	10	100	4

*cd*



17	TAMPA PARA VASO SANITARIO NA COR BRANCO	TAMPA PARA VASO SANITARIO NA COR BRANCO	Unidade	20	10		
18	TE PVC SOLDAVEL 3/4	TE PVC SOLDAVEL 3/4 - TE PVC SOLDAVEL/ROSCA MARRON 25MM X 3/4	Unidade	20	-		
19	TORNEIRA DE COZINHA/MESA BICA MOVEL	TORNEIRA DE COZINHA MESA BICA MOVEL, ALTA METAL AREJADOR ARTICULADO PRATIKA 1167C MATERIAL: METAL ACABAMENTO: CROMADA MODELO: PRATIKA	Unidade	51	10	40	1
20	TORNEIRA P/ LAVATORIO DE MAO COM SENSOR	TORNEIRA P/ LAVATORIO DE MAO COM SENSOR	Unidade	3	3	-	-
21	TORNEIRA PARA GELAGUA	TORNEIRA PARA GELAGUA	Unidade	10	4	4	2
22	TORNEIRA PRATIKA DE ALAVANCA TIPO PAREDE	TORNEIRA PRATIKA DE ALAVANCA TIPO PAREDE CROMADA	Unidade	7	2	5	-
23	VALVULA PLASTICA PARA PIA	VALVULA PLASTICA PARA PIA	Unidade	10	10	-	-
24	VASO SANITÁRIO COMPLETO ADAPTADO PARA DEFICIENTES FISICOS	VASO SANITÁRIO COMPLETO ADAPTADO PARA DEFICIENTES FISICOS	Unidade	1	1	-	-

**LOTE 03- MATERIAIS DIVERSOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. TOTAL	CEO	POLIC	CPSI
01	ABRACADEIRA 3/4 FORMA DE U	ABRACADEIRA 3/4 FORMA DE U	Unidade	10	10	-	-
02	ABRACADEIRA DE 1/2	ABRACADEIRA DE 1/2	Unidade	9	9	-	-
03	ABRACADEIRA DE NYLON/ENFORCA GATO, PCT COM 100UNI	ABRACADEIRA DE NYLON/ENFORCA GATO, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	22	10	10	2
04	ALICATE DE CORTE 1000W	ALICATE DE CORTE 1000W - DIAGONAL 6" 1000 VOLTS. ALTURA: 3,0 CM/ LARGURA: 7,0 CM/ PROFUNDIDADE: 24,0 CM/ PESO: 190G	Unidade	1	1	-	-
05	ARCO DE SERRA ALTA TENSÃO 12 POLEGADAS	ARCO DE SERRA ALTA TENSÃO 12 POLEGADAS	Unidade	1	1	-	-
06	MOLA HIDRAULICA AEREA PARA PORTAS	MOLA HIDRAULICA AEREA PARA PORTA	Unidade	5	3	-	2
07	BROCA DE WIDEA 8MM PARA PAREDE	BROCA DE WIDEA 8MM PARA PAREDE	Unidade	2	-	2	-
08	BROCA DE WIDEA PARA CONCRETO 5MM	BROCA DE WIDEA PARA CONCRETO 5MM	Unidade	5	5	-	-

*cd*



09	BROCA DE WIDEA PARA CONCRETO Nº6	BROCA DE WIDEA PARA CONCRETO Nº6	Unidade	5	5		
10	CADEADO 30MM	CADEADO 30MM	Unidade	10	10		
11	CADEADO 35MM	CADEADO 35MM	Unidade	15	10		
12	CADEADO EM LATAO 25MM	CADEADO EM LATAO 25MM	Unidade	10	-	10	-
13	CAMARA DE AR PARA CARRINHO DE MÃO	CAMARA DE AR PARA CARRINHO DE MÃO/ PNEU/ CARRINHO 2,50/ 3,25 - 8.	Unidade	15	5	10	-
14	CARRO DE MAO	CARRO DE MAO 60 LITROS	Unidade	3	1	2	-
15	CHAVE DE BOCA 12MM EM AÇO	CHAVE DE BOCA 12MM EM AÇO	Unidade	2	-	2	-
16	CHAVE DE BOCA 14MM EM AÇO	CHAVE DE BOCA 14MM EM AÇO	Unidade	2	-	2	-
17	CHAVE DE BOCA 18MM EM AÇO	CHAVE DE BOCA 18MM EM AÇO	Unidade	2	-	2	-
18	CHAVE DE BOCA 20MM EM AÇO	CHAVE DE BOCA 20MM EM AÇO	Unidade	2	-	2	-
19	CHAVE PHILIPS 1/4 X 6"	CHAVE PHILIPS 1/4 X 6"	Unidade	3	-	3	-
20	CHAVE PHILIPS 1/4 X 8"	CHAVE PHILIPS 1/4 X 8"	Unidade	2	-	2	-
21	CISCADOR PARA GRAMA COM CABO	CISCADOR PARA GRAMA COM CABO	Unidade	4	2	2	-
22	CORDA TRANÇADA 8MM	CORDA TRANÇADA 8MM, 100% POLIESTER	Metro	100	-	100	-
23	ENXADA COM CABO	ENXADA COM CABO	Unidade	2	1	1	-
24	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA	Unidade	2	2	-	-
25	FECHADURA EXTERNA	FECHADURA EXTERNA	Unidade	27	10	15	2
26	FECHADURA PORTA DE VIDRO	FECHADURA PORTA DE VIDRO	Unidade	3			
27	FITA DUPLA FACE FIXA FORTE	FITA DUPLA FACE FIXA FORTE 20/METROS	Unidade	50	15	25	10
28	FOLHA DE LIXA PARA FERRO E AÇO	FOLHA DE LIXA PARA FERRO E AÇO	Unidade	10	10	-	-
29	FURADEIRA DE IMPACTO	FURADEIRA DE IMPACTO, COM FIO, MANDRIL DE 13MM DE CHAVE 750W	Unidade	2	1	1	-

*Cd*



30	GESSO PARA ACABAMENTOS, FACIL E PRATICO DE APLICAR	GESSO PARA ACABAMENTOS, FACIL E PRATICO DE APLICAR. PACOTE COM 1KG	Quilograma	10	5		
31	IMPERMEABILIZANTE MANTA LIQUIDA 18 LITROS	IMPERMEABILIZANTE MANTA LIQUIDA 18 LITROS. PRODUTO INIBE A PRESENÇA DE UMIDADE NOS ELEMENTOS IMPERMEABILIZADOS E TEM EXCELENTE ADERÊNCIA AOS SUBSTRATOS, ALÉM DE TER FACILIDADE NA SUA APLICAÇÃO	Unidade	5	5		
32	LAMINA P/ ARCO DE SERRA	LAMINA P/ ARCO DE SERRA	Média	5	5		
33	LUVA DE POLIESTER COM POLIUTERANO	LUVA DE POLIESTER COM POLIUTERANO TAM GRANDE.	Média	5	5		
34	MASSA ACRILICA 3,6L	MASSA ACRILICA GL COM 3,6 LITROS	Média	20	10	10	
35	PARAFUSO 10MM COM FENDA PHILIPS	PARAFUSO 10MM COM FENDA PHILIPS	Média	10	10		
36	PARAFUSO COM PORCA 10MM	PARAFUSO COM PORCA 10MM	Média	20	20		
37	PARAFUSO DE FIXACAO P/ LAVATORIO E SANITARIOS 10MM PCT/2	PARAFUSO DE FIXACAO P/ LAVATORIO E SANITARIOS 10MM PCT/2	Média	10	10		
38	PARAFUSO 6MM COM BUCHA	PARAFUSO 6MM COM BUCHA	Média	100	80		20
39	PARAFUSO 8MM C/ BUCHA	PARAFUSO 8MM C/ BUCHA	Média	90	30	40	20
40	PINCEL DE CERDA 1"	PINCEL DE CERDA 1"	Média	7	5		2
41	SOLVENTE TNER 900ML	SOLVENTE TNER 900ML, PARA ESMALTE SINTETICO, TINTA OLEO E VERNIZ	Média	5		5	
42	SPRAY ANTI FERRUGEM 300ML	SPRAY ANTI FERRUGEM 300ML	Média	25	5	20	
43	TRENA DE AÇO EMBORRACHADA CURTA 10M X 32MM	TRENA DE AÇO EMBORRACHADA CURTA 10M X 32MM. MEDIDA: 10,0 M/ LARGURA: 32MM.	Média	3	3		



### 3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) Executar o fornecimento do objeto licitado dentro dos padrões estabelecidos pelo Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, de acordo com o especificado neste Termo de Referência observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
  - b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
  - c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
  - d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
  - e) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
  - f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI O, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
  - g) Disponer-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, no tocante à aquisição do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;
  - h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
  - i) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
  - j) Responsabilizar-se pela fiel entrega das peças e execução da prestação dos serviços no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Contrato.
  - k) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição, objeto deste Termo;
  - l) Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1o e 2o da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores

### 4. DO PAGAMENTO

- a) O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os serviços pelo Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, na proporção da prestação dos serviços licitados, segundo as autorizações de fornecimento expedidas, de conformidade com as notas fiscais devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta e os preços devidamente registrados no Anexo I deste instrumento.
- b) Por ocasião da execução dos serviços o Contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, inscrito no CNPJ sob o nº 11.210.107/0001-80.
- c) O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação, observadas as disposições editalícias.
- d) Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- e) Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.
- f) Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que

regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

g) Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

h) Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando alia econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de fornecimento, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) São obrigações da Contratada, além das demais previstas nesta:
- b) Executar o fornecimento dos serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI, de acordo com o especificado neste Termo de Referência observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- c) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- d) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- g) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- h) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI, no tocante a realização do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;
- i) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- j) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e Administração no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- k) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o serviço, objeto deste Termo;
- l) Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- m) Todos os materiais deverão ser entregues pelo fornecedor sem custos, sem geração de ônus ou quaisquer vínculos empregatícios entre o Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba- CPSI e os transportadores.
- n) Todos os materiais entregues deverão ser novos fornecidos em embalagens originais e lacradas, não deverão ser reconicionados, remanufaturados ou qualquer outra terminologia empregada para indicar produtos provenientes de reutilização de material. O frete deverá estar incluso no preço.
- o) Repor os materiais que apresentem danos em decorrência do transporte, defeitos de fabricação ou quaisquer outros motivos e substituí-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, a partir do recebimento da notificação.
- p) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação.
- q) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.





## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI obriga-se a:

- Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços;
- Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no Contrato;
- Acompanhar e fiscalizar, a execução do contrato, objeto deste Termo de Referência;
- Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do fornecimento executado;
- Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos e especificações constantes neste Termo de Referência.

## 7. DO PRAZO E CONDIÇÕES

- O prazo do contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até a data de 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado se houver interesse do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI e for devidamente justificado e autorizado pela Autoridade Competente.
- A licitante vencedora será convocada pelo Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, para assinar o Termo de Contrato, de conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, após a homologação do respectivo processo licitatório, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da referida convocação.
- O instrumento contratual será encaminhado ao(à) adjudicatário(a) somente se houver motivo relevante, devidamente justificado, e às suas expensas.

## 8. DAS PENALIDADES

- Na hipótese de descumprimento, por parte da Contratada, de qualquer das obrigações definidas no instrumento contratual, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:
- Se a Contratada ensejar o retardamento de entrega a realização do serviço, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do serviço, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI e será descredenciado no Cadastro do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do serviço:

- apresentar documentação falsa exigida;
- não manter a proposta;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo.

c) multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do serviço, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto solicitado, contados do recebimento da autorização de fornecimento no endereço constante do cadastro, até o limite de 13% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

d) multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

e) Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da prestação dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

Advertência:

- Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor

global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.
3. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.
4. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

- f) As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.
- g) A ausência dos serviços/fornecimento não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

## 9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- a) As despesas decorrentes da contratação do serviço desta licitação correrão à conta do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, consignados no vigente Orçamento, referente ao exercício de 2018, através das dotações orçamentárias: 01.01010.302.0002.2.002.00 – MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CONSORCIO - CPSI; 01.02.10.302.0001.2.001.00 - CEO- 01.04.10.302.0004.2.004.00- POLICLÍNICA ELEMENTO DE DESPESAS: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO e 44.90.51- MATERIAL PERMANENTE..

## 10. DA RESCISÃO DO CONTRATO

- a) A inexecução do contrato, parcial ou total, ensejará na sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

## 11. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- a) O presente certame licitatório será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Termo para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI.
- b) O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.
- c) A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- d) O Contratado, na execução do serviço, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- e) Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente a lei federal 8.666/93 e alterações posteriores, bem como de acordo com as demais normas jurídicas em vigor.

### 13. DO FORO

a) O foro da Comarca de Ubajara é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.



*ca*

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_

O Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, pessoa jurídica de direito público interno, através do Diretor do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba – CPSI com sede à RUA JOSÉ AGAPITO PEREIRA, 233, APTO 103/104, CENTRO - UBAJARA - CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.210.107/0001-80, neste ato representado pelo diretor, Sr. ARI DE OLIVEIRA VASCONCELOS FILHO, doravante denominado de CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela (o) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a

\_\_\_\_\_, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do Pregão Presencial Nº 01.014/2018 e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

--

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de assinatura, transcorrendo até 31 de Dezembro de 2018, adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do artigo 57, caput, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Ubajara, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

UNIDADE	FONTE	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA
-----	-----	-----	-----

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

*(Handwritten signature)*

## 6. CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual será desempenhada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF: \_\_\_\_\_.

## 7. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Edital.

## 8. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Edital.

## 9. CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.  
12.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.  
12.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.  
12.4. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto n. 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.  
12.5. O item adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública, divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

- 13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2. Interromper a execução dos serviços/entrega do produto, sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

- 15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:
  - 15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;
  - 15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 15.4.3. Indenizações e multas.







16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no flanelógrafo do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a Comarca de Ubajara - CE.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Ubajara – CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF nº:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF nº:

*ca*

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

III.I.) 1º Modelo de Declaração:

DECLARAÇÃO I

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Nº 01.014/2018, junto ao Município de UBAJARA, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), ..... de ..... 2018.

.....  
DECLARANTE

III.II.) 2º Modelo de Declaração:

DECLARAÇÃO II

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Nº 01.014/2018, junto ao Município de UBAJARA, Estado do Ceará, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos produtos a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), ..... de ..... 2018.

.....  
DECLARANTE

III.III.) 3º Modelo de Declaração:

DECLARAÇÃO III

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Nº 01.014/2018, junto ao Município de UBAJARA, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), ..... de ..... 2018.

.....  
DECLARANTE

III.IV.) 4º Modelo de Declaração:

DECLARAÇÃO IV

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório Nº 01.014/2018, junto ao Município de UBAJARA, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexistem.

ca



qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), ..... de ..... 2018.

DECLARANTE

III.V.) Modelo de PROCURAÇÃO:

**PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: (qualificação)

OUTORGADO: (qualificação)

PODERES: Pleno e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - CPSI, no processo de pregão promovido através do Edital Nº 01.014/2018, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

UBAJARA,.....

OUTORGANTE

*CA*

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

À CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA IBIAPABA - CPSI

REF. PREGÃO Nº \_\_\_\_\_

OBJETO DA LICITAÇÃO:

DATA DE ABERTURA: \_\_/\_\_/\_\_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VR. UNIT	VR. TOTAL
------	---------------	------	-------	-------	----------	-----------

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ (POR EXTENSO)

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ/CPF:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(assinatura)  
Representante Legal  
CPF

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Massapê - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2018.05.25.002.** A Prefeitura Municipal de Massapê, localizada na Rua Major José Paulino, 191 - Centro - Massapê/CE, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços Nº 2018.05.25.002, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada na recuperação de passivos creditados, em detrimento de pagamentos a maior, com a Concessionária de Energia Elétrica no âmbito administrativo e/ou judicial, junto a Secretaria de Finanças do Município de Massapê/CE, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo, que se realizará no dia 18 de junho de 2018 (18/06/2018), às 13:30hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público. **Massapê/CE, 29 de maio de 2018. CPL.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Uruburetama - Extrato da Ata de Registro de Preços Nº. 004/2018-PPDS.** Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de Uruburetama - CNPJ Nº 11.394.331/0001-70. Detentor da Ata de Registro de Preços: Forte Comercial LTDA-EPP, CNPJ nº. 21.392.514/0001-00, vencedora de todos os itens: 01 à 04, perfazendo o valor global da Ata de Registro de Preços: R\$ 41.941,60 (quarenta e um mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos). Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 10.520/2002, Subsidiada Pela Lei Federal Nº 8.666/93, e Suas Alterações Posteriores e Decreto Municipal Nº. 025/2017 de 05 de Outubro de 2017. Licitação: Pregão Presencial Nº. 004/2018-PPDS. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Seleção de melhor proposta através de Sistema de Registro de Preços para Aquisição de água mineral natural, e vasilhames, para suprir as necessidades das diversas Unidades Administrativas do Município de Uruburetama, de acordo com as especificações no Termo de Referência. Da Vigência: 12 (doze) Meses. Data da Assinatura: 29 de maio de 2018. (Signatários/Contratantes). 1. Maria Nilzete Zeidan Braga- (Secretária de Saúde). 2. Nadja Barreto Alves Beroldt - (Secretária de Ação Social). 3. Kátia Malena Sampaio Campêlo- (Secretária de Educação). (Contratada) Fernando Ferreira de Lima - Forte Comercial LTDA-EPP. **Uruburetama - Ceará, 29 de maio de 2018. Francisco F. Andrade-Pregoeiro.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 01.014/2018 - PP.** O Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na modalidade Pregão Presencial nº 01.014/2018 - PP, sessão pública marcada para o dia 12 de Junho de 2018, às 10:00h, cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e diversos para atender as necessidades das unidades de responsabilidade do Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba- CPSI. O referido Edital poderá ser adquirido no site [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes) conforme IN- 01/2011 e no Consórcio Público de Saúde da Ibiapaba, localizado na Rua José Agapito Pereira, 233, Dep. Centro - Ubajara - CE, CEP.: 62.350-000 horário de 8:00 as 12:00h. **29 de Maio de 2018. Anna Eugênia Freire Lima - Pregoeira.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Massapê - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2018.05.25.003.** A Prefeitura Municipal de Massapê, localizada na Rua Major José Paulino, 191 - Centro - Massapê/CE, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Pregão Presencial Nº 2018.05.25.003, cujo objeto é a aquisição de veículos tipo ambulância para atender as necessidades do Hospital Municipal, conforme Termos de Compromisso nº 2308001712191631707 e 2308001712281903309 com o Ministério da Saúde, junto a Secretaria de Saúde do Município de Massapê/CE, conforme especificações em anexo parte integrante deste processo, que se realizará no dia 13 de junho de 2018 (13/06/2018), às 08:30hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público. **Massapê/CE, 29 de maio de 2018. Francisco Paulo Ravy Leite - Pregoeiro.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Bela Cruz - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 002/2018-SAF.** Pelo presente aviso e em cumprimento às Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e o Decretos nº 5.450/05 e suas alterações, o Pregoeiro Oficial do Município de Bela Cruz/CE comunica aos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº. 002/2018-SAF cujo objeto é o Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente, permanente, limpeza e copa e cozinha destinados a Secretaria de Administração e Finanças do Município de Bela Cruz/CE. Entrega das propostas: A partir desta data e abertura das propostas: 15/06/2018 às 09h00mm (horário de Brasília) no sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações gerais: O Edital poderá ser obtido através do sítio referido acima ou junto o Pregoeiro na Comissão de Licitação, sítio à Rua 07 de Setembro, nº 34, Centro, Paço Municipal, CEP.: 62.570-000. **Bela Cruz (CE). Francisco Edinaldo Almeida - Pregoeiro.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Quixerê - Pregão Presencial Nº 3005.01/2018.** Tipo: Menor Preço por Lote. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Quixerê, localizada na Rua Padre Zacarias, nº 332 - Centro, tel (88) 3443-1646, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Pregão Presencial Nº 3005.01/2018, cujo objeto é o registro de preços com objetivo da contratação da prestação de serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, bens móveis, limpeza e conservação dos imóveis das Secretarias de Saúde e Educação do Município de Quixerê, sendo a fase de disputa de lances no dia 14/06/2018 a partir das 09:00 horas. O referido Edital poderá ser adquirido a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público das 07:30 às 13:00h, no endereço acima citado ou no portal de Licitações do TCE: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). **Quixerê - Ce, 30 de Maio de 2018. José Eucimar de Lima - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Município de Paraipaba - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº. 017.2018 - SRP.** O Pregoeiro do Município de Paraipaba/CE, torna público para conhecimento dos interessados a abertura do Pregão Eletrônico Nº. 017.2018 - SRP, cujo objeto é a seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais locações de trator agrícola com grade aradora hidráulica e roçadeira agrícola para uso da Secretaria de Agropecuária, Pesca e Recursos Hídricos do Município de Paraipaba/CE. Início do acolhimento das propostas de preços: 04/06/2018 às 15h00min. Data de abertura das propostas de preços: 14/06/2018 às 09h00min. Sessão de disputa de lances: 14/06/2018 às 09h30min. Para efeito desta licitação deverá ser levado em consideração o horário oficial de Brasília. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico: [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br). **Paraipaba/CE, 29 de Maio de 2018. Anderson Augusto da Silva Rocha - Pregoeiro.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 07.001/2018 - TP.** O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Trairi/CE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, tombado sob o nº 07.001/2018 - TP, critério de julgamento menor preço global, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para realização de serviços de saúde / Fundo Municipal de Saúde do Município de Trairi, nos diversos Programas, Projetos vinculados ao Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde, junto a Secretaria de Saúde do Município de Trairi/CE, tudo conforme especificações contidas no Projeto Básico e demais exigências do edital. A Sessão será realizada às 09:00 horas do dia 19 de junho de 2018, na Sala da Comissão situada à Avenida Miguel Pinto Ferreira, Nº 356 - Planalto Norte - Trairi/CE. A documentação do Edital na íntegra poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, no horário de 07:30h às 11:30h. **Trairi/CE, 28 de maio de 2018. José Cleandro Araújo Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Trairi/CE.**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Poranga - Extrato do 2º Termo de Aditivo de Prorrogação de Prazo.** Contratante: Secretaria de Educação. Contratada: Apolo Serviços e Construções LTDA - ME, CNPJ: 13.766.379/0001-97. Valor Contratado: R\$ 894.474,00 (Oitocentos e Noventa e Quatro Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais); O Município de Poranga - Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação torna público o Edital de Tomada de Preço Instrumento Contratual Nº 20170329.001 resultante do Pregão Presencial Nº. 0903.1/17, cujo objeto se reporta a contratação de pessoa jurídica e/ou física do ramo pertinente, para a locação de veículos para o transporte escolar, destinado aos alunos da Rede de Ensino público, no Município de Poranga - CE. Nova Vigência: Fica o presente aditivo prorrogado por igual período até 30 de Junho de 2018. Assina pela Contratante: Francisco Antonio Chaves Portela - Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação. Assina pela Contratada: Jose Nilton Aragão Junior - Representante Legal. Data Assinatura: 29 de Março 2018. **Poranga - Ceará, 29 de Maio de 2018 - Francisco Antonio Chaves Portela - Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação.**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA, TORNA PÚBLICA,** através da Secretaria de Educação, NOTIFICA a licitante J R Maia Neto Comercial, CNPJ Nº 26.904.751/0001-26, para no prazo de 5 dias apresentar justificativa do porque não atendeu a convocação, para assinar a ata de registro de preço do Pregão Eletrônico nº 18.06.01/PE. Itaipoca-CE, 25 de maio de 2018. Itaipoca, Ceará, no período de **25 de maio de 2018. Nara Lucia Silveira de Pinho - Presidente da CPL.**



CA